

Direito

Implicações dos vieses cognitivos na valoração e na valorização judicial da prova à luz do processo constitucional

Elisa Gonçalves Araújo - Elisa Gonçalves Araújo (autora) – 9º período do curso de Direito
Universidade Federal de Lavras – UFLA Bolsista no Programa Institucional de Bolsas de
Iniciação Científica da UFLA (PIBIC/UFLA) elisa.araujo@estudante.ufla.br

Fernanda Gomes e Souza Borges - Fernanda Gomes e Souza Borges (Orientadora)
Universidade Federal de Lavras (UFLA) fernandagomes@ufla.br - Orientador(a)

Resumo

É inegável que a importância do Poder Judiciário cresceu exponencialmente, tendo em vista tanto o fenômeno de judicialização dos conflitos, quanto à influência das decisões judiciais na vida dos indivíduos. Sendo assim, é de suma importância discutir questões relacionadas à valoração e valorização judicial da prova, como os métodos de enviesamento do juiz ou vieses cognitivos, uma vez que a decisão judicial tem como fim último a adequada realização da justiça, conforme os ditames do Estado Democrático de Direito. Assim, o objetivo desse trabalho é analisar a valoração e a valorização judicial da prova em relação aos métodos de enviesamento que comprometem as decisões imparciais do juízo nos julgamentos. Quanto à metodologia utilizou-se a revisão bibliográfica, a fim de elencar abordagens de renomados processualistas acerca do tema. Ao fim da pesquisa, constatou-se que os vieses cognitivos influenciam diretamente na valoração e valorização judicial da prova, haja vista que o sistema atual de apreciação das provas ocorre por meio do convencimento motivado, no qual todas as provas devem ser valorizadas nos autos do procedimento com sua devida motivação (fundamentação) racional. Nesse sentido, é possível perceber que se os métodos de enviesamento predominam, bem como o sistema 1 da cognição, a imparcialidade dos julgamentos é afastada, considerando que não há emprego de racionalidade na tomada das decisões processuais. Ademais, conclui-se que é indiscutível que o Processo Constitucional, o qual se baseia intrinsecamente na Constituição Federal, é exercido pelo emprego do sistema 2 da cognição, que é racional e fundamentado. Desse modo, a possibilidade de afastamento da imparcialidade jurisdicional compromete o texto constitucional, bem como a garantia dos direitos fundamentais, entre eles o direito à devida proteção legal.

Palavras-Chave: Imparcialidade, decisões judiciais, apreciação das provas.

Instituição de Fomento: PIBIC UFLA

Link do pitch: <https://youtu.be/zcyNnM0lz1g?si=Sh2kvO5YcCh0QVsd>